

**A presença da ausência:  
considerações sobre a carência de narrativas literárias femininas  
da militância política**

**DANIELLE TEGA\***

## **1. Introdução**

A manifestação da memória da resistência à ditadura civil-militar brasileira é formada por situações inquietantes quando vista a partir dos estudos de gênero. Após a segunda metade da década de 70, a chamada abertura lenta, segura e gradual, mesmo que de forma conturbada e com a permanência da repressão e, em muitos casos, da censura, permitiu uma esfera pública na qual narrativas e relatos, até então contidos, pudessem ser incorporados. Assim, no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, ocorre o chamado *boom* de livros autobiográficos, como são os casos de *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós; *O que é isso, Companheiro?*, de Fernando Gabeira; e *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis.<sup>1</sup> Além destes títulos, diversos outros são publicados nestes anos e nos seguintes. Em levantamento bibliográfico realizado por Marcelo Ridenti (RIDENTI, 2001:257-294), constata-se a presença de mais de 230 livros ou teses que, publicados até meados de 2001, abordam direta ou indiretamente a luta das esquerdas armadas contra a ditadura no Brasil nas décadas de 60 e 70. Mesmo que não se pretenda completo, esse quadro traz informações importantes: cerca de 15% dos títulos citados são autobiográficos ou baseados em memórias do período de resistência; dentre estes, nenhum escrito por mulher. Essa situação leva a crer que há uma especificidade de gênero nos relatos sobre a ditadura no Brasil, pois, mesmo nas contramemórias, há ainda um domínio da fala e da escrita masculinas.<sup>2</sup>

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

<sup>1</sup> Para uma importante discussão a respeito dos alcances, limites, significados político, social e cultural da obra desses três autores e também de Reynaldo Guarani, destaco o livro *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política* (São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008), fruto da dissertação de mestrado de Mário Augusto Medeiros da Silva.

<sup>2</sup> Convém ressaltar que na última década foram lançados dois livros autobiográficos escritos por mulheres: são as obras de Derlei Catarina de Luca (LUCA, 2002) e Catarina Meloni (MELONI, 2009). No entanto, essa situação não chega a alterar o quadro acima apontado.

Essa escassez de narrativas femininas sobre os acontecimentos traumáticos contrasta com a importância da participação política das mulheres na resistência à ditadura civil-militar.

A partir de dados coletados no projeto *Brasil: Nunca Mais*, Marcelo Ridenti faz uma apresentação do perfil das organizações de esquerda dos anos 60 e 70, observando que eram compostas por ampla maioria masculina. Do total de processados, apenas 16% eram mulheres. Desse número, 73% eram mulheres das camadas médias intelectualizadas, o que inclui estudantes, professoras e profissionais com formação superior. Considerando apenas as organizações armadas, verifica-se que 18% dos participantes processados eram mulheres e, dentre estas, 75% eram das camadas médias intelectualizadas – número divergente ao do pouco envolvimento de mulheres em partidos políticos tradicionais, como o PCB, onde menos de 5% do total de processados eram mulheres (RIDENTI, 1993). Para Lucila Scavone, esse dado sugere que as mulheres “se identificavam com uma proposta de ação política radical, tanto do ponto de vista da militância como de suas vidas pessoais” (SCAVONE, 2010:732-752).

Embora o percentual de mulheres pareça pequeno mesmo nos grupos armados, alguns elementos devem ser levados em conta para que não seja feita uma análise anacrônica: deve-se lembrar que a norma, até os fins dos anos 60, era a não-participação das mulheres na política, exceto quando estas se manifestavam para reafirmar seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’, como ocorreu com as mobilizações conservadoras femininas de apoio ao golpe na ocasião das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A participação das mulheres nas organizações de esquerda implicava, portanto, um rompimento aberto e radical com os valores e expectativas familiares em nome de uma causa social.

A mobilização feminina contra a ditadura civil-militar brasileira ocorreu também em situações paralelas à militância guerrilheira, como no Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e nos grupos formados no exílio. A significativa presença das mulheres na luta armada e nas situações de clandestinidade, tortura, morte e desaparecimentos de corpos, bem como nas diferentes atividades nas quais se envolviam, destoa com a carência de narrativas femininas sobre o período. Partindo dessas questões, torna-se tarefa importante refletir sobre a dificuldade em encontrar narrativas autobiográficas ou narrativas ficcionais baseadas nas memórias das mulheres

que participaram da resistência à ditadura e escritas por elas – algo semelhante ao que Márcio Selligmann-Silva chama de *literatura do testemunho* (SELIGMANN-SILVA, 2003), o que permite entender essas narrativas como manifestações da memória.

## 2. As tramas da memória

Trabalhar com a memória não significa apenas considerá-la como um objeto de estudo, mas se trata de uma tarefa ética quando a preocupação está relacionada ao resgate de utopias não realizadas no passado, que ainda estão pendentes de emancipação. Por suas reflexões a respeito desse assunto, Walter Benjamin e Theodor Adorno contribuíram sobremaneira para tal empreendimento. Mesmo que se refiram a outro momento histórico, os escritos desses pensadores são inspiradores para tratar situações de elaboração de um passado traumático, marcado pelo abuso da violência. No mesmo sentido, o pensamento feminista tem um papel primordial para se pensar nas implicações entre os estudos de memória e as relações de gênero. É no encontro entre os estudos de memória e o pensamento feminista que pretendo trabalhar a problemática das narrativas femininas sobre suas experiências na ditadura civil-militar brasileira.<sup>3</sup> Começemos pelos teóricos citados.

A teoria da memória de Walter Benjamin está entrecruzada à sua teoria da experiência que, por sua vez, tem origem literária – tanto em suas leituras proustianas quanto em seus estudos sobre a decadência da narração. A questão perturbadora para Benjamin não é outra senão a violência das transformações da sociedade capitalista, a qual exacerba a atrofiação da experiência em função da vivência. Essa debilidade é percebida na literatura a partir da crise da narração e sua substituição pelas novas formas de contar, como o romance. A obtenção de uma memória comum, antes transmitida através das histórias contadas de geração a geração – como no caso dos

---

<sup>3</sup> Neste artigo, optei por usar tanto “pensamento/crítica feminista” como “estudos de gênero” com o objetivo de chamar a atenção para a conexão política entre ambos. Esse vínculo só ganha sentido numa articulação na qual se levem em conta a militância política, a pesquisa acadêmica e o cenário político-cultural. Esses apontamentos já foram trabalhados ao longo dos anos com competência por outras estudiosas do tema, como Lia Zanotta Machado (MACHADO, 1997), Mariza Corrêa (CORRÊA, 2001) e Lucila Scavone (SCAVONE, 2008). Cabe ressaltar, contudo, que “isso não implica em negar a existência de pesquisadores não envolvidos com a militância hoje, mas implica sim em enfatizar a impossibilidade da existência de estudos de gênero que não tenham uma dimensão política, parte de sua história” (CORRÊA, 2001:25).

contistas e narradores, que tinham como fonte a “experiência coletiva” – é destruída pelas contradições do capitalismo avançado, e tem como complementos a redução do indivíduo à sua história privada e o culto à novidade, como verificado a partir das informações jornalísticas.

O tipo de experiência ora retransmitidas pela narração, por não possuir um sentido evidente nem uma explicação total dos fatos por uma versão única destes, possibilitava interpretações futuras que reafirmavam o caráter inacabado do passado. Nesse sentido, Walter Benjamin retoma as leituras de Marcel Proust, concordando com este em destacar que o passado comporta elementos inacabados à espera de vida posterior, elementos que podem ser revividos através das ressurreições da memória. No entanto, faz uma ressalva: nas obras de Proust, esses ressurgimentos da memória dependem do acaso e se referem ao passado individual; já para Benjamin, a lembrança proustiana escapa da limitação da memória individual ao abrir a dimensão do infinito, pois “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1996:37).

O pensador alemão acredita, portanto, que essas ressurreições da memória não podem depender do acaso: referem-se a um passado coletivo que necessita de uma reconstrução voluntária de suas condições de possibilidade. Em suas teses *Sobre o conceito da história* (BENJAMIN, 1996:222-232), o autor aponta a importância de realizar tal tarefa, como explica Jeanne Marie Gagnebin:

*(...) a verdade do passado reside antes no leque dos possíveis que ele encerra, tenham eles se realizado ou não. A tarefa da crítica materialista será justamente revelar esses possíveis esquecidos, mostrar que o passado comportava outros futuros além deste que realmente ocorreu. Trata-se, para Benjamin, de resgatar do esquecimento aquilo que teria podido fazer de nossa história uma outra história. A empresa crítica converge, assim, para a questão da memória e do esquecimento, na luta para tirar do silêncio um passado que a história oficial não conta. (GAGNEBIN, 1982:73).*

O processo de transmissão cultural, que é parte comprometida na história da dominação burguesa, possui marcas deixadas pelos interesses das classes dominantes, marcas estas que devem ser denunciadas com um sentido claro: para Benjamin, o resgate do passado no presente permite uma reflexão com perspectiva futura; em suas palavras, “a luta da classe trabalhadora se nutre da imagem dos antepassados escravizados, e não dos netos libertos” (tese 12). A reflexão sobre o passado é uma

passagem necessária, pois não há futuro emancipado sem esse resgate. Mas de que passado fala o filósofo? E que resgate seria este que sinaliza? De acordo com o autor, trata-se do passado pendente, truncado, interrompido; aquele que não pode realizar-se em seu próprio presente. Invocá-lo não é apenas fazer um resgate histórico, mas requer um rememorar no pensar dialético: à atividade reflexiva deve ser somada a prática revolucionária no presente, rompendo o “continuum da história”, o “tempo homogêneo e vazio” (tese 14).

Ainda em suas *teses* (escritas pouco antes de seu suicídio em setembro de 1940 e contendo, portanto, as marcas dos violentos conflitos do período no qual se inserem), o pensador alemão reclama uma crítica materialista cuja visão histórica seja a da luta permanente entre oprimidos e opressores, e que seja uma oponente drástica tanto da filosofia burguesa como do materialismo determinista. Walter Benjamin contrapõe-se, assim, a uma historiografia tradicional que acredita na capacidade de se restituir o passado “por inteiro”, e reitera a necessidade de se escrever a história dos vencidos – o que exige a busca de uma memória não oficial, uma interpretação capaz de “escovar a história a contrapelo” (tese 7). Nessa perspectiva, torna-se imprescindível um materialismo histórico comprometido com a construção dos passados possíveis, com aquilo que não foi realizado porque a dominação se impôs.

Esse trabalho de rememoração, que faz ressurgirem do pretérito histórias antes fadadas ao esquecimento, traz consigo a possibilidade de diversas interpretações desse passado. Nesse sentido, Jeanne Marie Gagnebin faz um alerta fundamental sobre o pensamento de Benjamin: o fluxo constitutivo da memória é atravessado, mesmo que de forma subterrânea, pelo refluxo do esquecimento, que, longe de ser considerado apenas como uma falha da memória, é também uma atividade que recorta e seleciona, a qual “opõe o infinito da memória à finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração” (GAGNEBIN, 2007:3). A memória é tecida com as tramas da rememoração e do esquecimento, tal qual o trabalho de Penélope retratado pelo pensador alemão no texto *A imagem de Proust* (BENJAMIN, 1996): trata-se de um *esquecer* como princípio produtivo, e não o *esquecer* manipulado. Esse paradoxo, além de ser característico da modernidade, nasce a partir de uma exigência contraditória da própria memória: por um lado, necessita “de reunião, de recolhimento, de salvação” e,

por outro, “de esquecimento, de dispersão, de despedaçamento, de destruição alegre” (GAGNEBIN, 2007:6).

Impossível traçar essas observações sem fazer alusão ao pensamento que Theodor Adorno expõe em suas palestras *O que significa elaborar o passado e Educação após Auschwitz*, realizadas respectivamente em 1959 e 1965 (ADORNO, 2000). Nelas estão presentes marcas das reflexões de Benjamin, mas, diferente deste, Adorno pôde escrever a certa distância dos eventos catastróficos que se abateram na Europa e em parte do mundo em guerra.

De acordo com o autor, a destruição do indivíduo é um dos mecanismos que tornam os homens capazes de perpetrar um genocídio, e se encontra presente não apenas nos regimes totalitários, mas na sociedade de consumo movida pela troca. A existência de uma massa amorfa, sem presença de indivíduos autônomos, autocríticos e com vínculos sociais, possibilita a ocorrência de barbárie em tamanha amplitude.<sup>4</sup> Concomitante a isso, percebe-se que a “mentalidade obstinada dos que nada querem ouvir a respeito desse assunto [do passado] encontra-se em conformidade com uma vigorosa tendência histórica” (ADORNO, 2000:32). Como consequência, longe de se elaborar o passado a partir dos fios da lembrança e do esquecimento produtivo, o que se percebe é a destruição da memória, pois, em diversos âmbitos, a atividade de elaborar o passado é erroneamente formulada com a pretensão de “encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória” (ADORNO, 2000:29). Esse desejo de se libertar do passado sem compreendê-lo é também notado nas lembranças da deportação e do genocídio, geralmente associadas a expressões moderadas ou ao uso de eufemismos, desencadeando em discursos vazios. Tal disposição em negar ou minimizar o ocorrido, ou melhor, tal inclinação a uma “destruição da memória”, coincide com a estranheza da consciência numa sociedade cujos princípios (burgueses) estão subordinados à lei da troca. Equivalem-se, portanto, coisificação (ou reificação) e esquecimento, frutos de uma sociedade onde os indivíduos já não mais fazem experiência – apenas trocas. Nas palavras de Adorno,

*A sobrevivência do fascismo e o insucesso da tão falada elaboração do passado, hoje desvirtuada em sua caricatura como esquecimento vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos sociais objetivos que geram o fascismo. Este não pode ser produzido meramente a partir de disposições*

---

<sup>4</sup> Nesse e em outros pontos das palestras, Adorno retoma o debate já realizado em seu livro *Dialética do Esclarecimento*, em co-autoria com Max Horkheimer. Cf. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

*subjetivas. A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a idéia de democracia; conseguem sobreviver na medida em que abdicam seu próprio eu. (ADORNO, 2000:43).*

Seguindo esse caminho, o autor afirma que “apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes” (ADORNO, 2000: 34). E é contra essa consciência coisificada que Adorno aponta a importância de se conferir um sentido à história a partir da reelaboração do passado ao presente e, nessa esteira, conceber o presente como apto à transformação, pois histórico. Nessa conjuntura de trauma e barbárie, Adorno faz, tal como Benjamin, uma defesa da visão histórica como fidelidade aos vencidos e a seus projetos não cumpridos.

### **3. Feminismo e os traumas da história**

Os pensadores alemães denunciaram a historiografia classista dos vencedores e a necessidade de superá-la ao propor uma compreensão da história “a contrapelo”, que recuperasse a história dos vencidos. A crítica feminista, também preocupada com as partes silenciadas da memória social, amplia essa denúncia ao expor o caráter sexista da historiografia burguesa. Ao mesmo tempo em que expõe a *invisibilidade* da mulher na história oficial, o pensamento feminista questiona o modo pelo qual a desigualdade entre homens e mulheres se estabeleceu e quais as formas de se eliminar essa assimetria. Sob esse aspecto, pode-se dizer que o feminismo atua como uma contramemória: nas margens dos discursos hegemônicos, existem termos para uma construção diferente das relações de gênero. De acordo com Margareth Rago,

*Suprimidas da História, [as mulheres] foram alocadas na figura da passividade, do silêncio, da sombra na esfera desvalorizada do privado. O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam [tais] redes discursivas. (...) É claro que se as mulheres foram um dos grandes setores excluídos da História, sabemos que não se trata apenas de recuperá-las em todos os grandes feitos, inscrevendo-as disciplinadamente nos espaços deixados em branco na Grande Narrativa Histórica, masculina e branca. As informações, os nomes e os fatos contidos nos documentos históricos são certamente fundamentais, sem eles, não se tem História. Contudo, também sabemos que não é suficiente refazer todo o percurso já feito, desta vez no feminino. (RAGO, 1995/96:15).*

Como pode ser observado nas palavras acima, o feminismo protesta por outro tipo de história e, entendido numa perspectiva benjaminiana, enfatiza a importância de saber sobre qual passado se fala, qual passado deve ser lembrado e resgatado, demonstrando a necessidade de se pensar o presente com perspectiva futura, articulando a reconstrução desse passado a experiências políticas emancipatórias. O pensamento feminista busca recuperar a presença das mulheres na história ao observar suas condições de luta. No livro *Memórias das Mulheres do exílio*, as organizadoras expõem essa inquietação:

*As mulheres, como todos aqueles que nunca foram reconhecidos pela historiografia, não têm a sua história registrada. Disso decorre que o arrolar dos testemunhos do presente sobre o presente, das histórias de vida, da tradição oral, seja um esforço de reconstrução, assim como uma tentativa de dar livre curso à nossa imaginação e à nossa criatividade, de dar instrumentos para o domínio do futuro. (COSTA et. all, 1980:17).*

Portanto, uma maneira de pensar a dimensão de gênero na memória parte do enfoque tradicional no feminismo de fazer visível o invisível, dando voz àquelas que foram, por muito tempo, caladas. Mas o trabalho de memória feito pelas feministas, mais do que dar visibilidade às mulheres, procurou entender a situação destas como produto da história e da sociedade, denunciando as marcas autoritárias e hierárquicas do processo histórico das relações de gênero. Nesse sentido, compreende o presente como histórico e apto a práxis transformadora: como movimento emancipatório, o feminismo procura superar as formas de organização tradicionais em busca da libertação das mulheres.

Até esse ponto, utilizei o termo *mulheres* para enfatizá-las enquanto sujeitos políticos. Porém, outros determinantes sociais definem suas vidas enquanto indivíduos: as classes sociais e as etnias inscrevem-se em cada mulher particular, gerando outras formas de opressão e conflitos de interesses, tendo como consequência política a fragmentação das mulheres. Como afirma Maria Lygia Quartim de Moraes,

*O fato das mulheres terem sua participação na vida social determinada por três elementos qualitativamente distintos – sexo, classe e etnia-raça – explicam em parte as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres sofrem a mesma discriminação sexual e têm, nesse sentido, reivindicações comuns. Mas a impossibilidade de transformar essas reivindicações numa plataforma única, de sensibilizar todas as mulheres em relação a essa plataforma, está dada pelas contradições situadas no âmbito da divisão de classes. (MORAES, 2003:33).*



As violentas contradições do capitalismo são também base da memória debilitada, fruto de práticas sociais baseadas na troca e não na experiência, como já apontaram Benjamin e Adorno. Para este, a elaboração do passado é essencialmente uma inflexão ao sujeito, um reforço de sua autoconsciência e, nesse caminho, um reforço do seu *eu*. Por essa via, o trabalho de memória feito pelo feminismo foi fundamental ao considerar a mulher enquanto sujeito, ao expor a condição específica de alienação na qual estava historicamente submetida, e ao buscar um resgate do passado comprometido a uma práxis transformadora.

Contudo, retomando o pensamento de Adorno, “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou” (ADORNO, 2000:49). Nesse sentido, cabe questionar por uma perspectiva de gênero um tema cujo legado destrutivo permanece na sociedade brasileira: a ditadura civil-militar (1964-1985), caracterizada pela censura e repressão, pela violência desmedida imposta pelo Estado, pelas mortes e pelos “desaparecimentos”: não há dúvidas de que se trata de um período traumático, no sentido em que o termo é utilizado por Márcio Seligmann-Silva. Este, tendo como foco a literatura do trauma e baseando-se nos escritos de Walter Benjamin e Sigmund Freud, afirma que a história do trauma é a história de um choque violento e de um desencontro com o real: a experiência traumática é “aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre”, marcada pela “incapacidade de simbolizar o choque” (SELIGMANN-SILVA, 2003:52-53).

O uso sistemático da tortura aos homens e às mulheres que se opuseram aos regimes ditatoriais foi uma das maiores marcas desse período. E não se pode deixar de ressaltar que a repressão foi executada por instituições masculinas e patriarcais. As forças armadas e policiais agiam também com a intenção de restaurar a ordem “natural” de gênero, ou seja: viam-se com o dever de recordar permanentemente as mulheres sobre seus lugares na sociedade – estruturada pelo gênero. Buscava-se, com isso, a reafirmação de certas convenções de feminilidade que são, de certo modo, ambivalentes: recordar seus “lugares” significava enfatizar que deveriam cuidar dos filhos e do marido, e não colocar as mãos em armas. Como essas mulheres subvertiam tais condições, os agentes repressivos as tachavam de “putas”.

Considerar a especificidade de gênero na tortura significa compreender os corpos femininos (e, por relação, os masculinos) em suas dimensões política e cultural,

ou seja, dos corpos tratados a partir da concepção do que é ser mulher e ser homem na sociedade. E no período retratado pelos depoimentos, a militância feminina em organizações revolucionárias era vista como uma dupla transgressão: a) assim como os homens, essas mulheres eram consideradas “fora da lei” por realizar operações armadas; b) a participação feminina na política era um desafio às convenções de gênero da época, marcada pelo conservadorismo moral que relegava as mulheres ao espaço privado em funções de mãe, esposa e dona de casa.

Estudando o caso argentino, Elizabeth Jelin acrescenta que as informações existentes sobre a tortura indicam que o corpo feminino sempre foi um objeto *especial* para os torturadores; e as sevícias pelas quais as mulheres passavam incluíam sempre alta dose de violência sexual: “Los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos –, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual” (JELIN, 2001: 128-137). A tortura às mulheres englobava, portanto, a questão política repressiva da ditadura e a questão da dominação masculina – convém ressaltar que apenas os homens torturavam. O fato de terem sido martirizadas enquanto mulheres perturba, em maior ou menor grau, a própria sexualidade. Lidar com tal situação implica diferenças para cada mulher.

Refletindo sobre a situação brasileira, especificamente sobre as sevícias às quais fora submetida, Eleonora Menicucci de Oliveira afirma que dois aspectos se destacam em relação às torturas sofridas no período da ditadura militar. Primeiro, que o corpo feminino foi “utilizado e vilipendiado” pelos torturadores a partir da concepção do que é ser mulher em nossa sociedade. Segundo, e parece-me que se trata de consequência do primeiro, que a relação mãe/filhas(os) foi usada como estratégia pelos agentes da repressão – sua filha, então com um ano e dez meses, foi colocada na mesma sala para assistir à tortura que a mãe, amarrada à cadeira-do-dragão, padecia. A autora completa o que ocorreu:

*O meu marido estava sendo torturado em outras salas, mas com ele não se repetiu esta cena, embora os torturadores tenham dito a ele o que sucedia ao lado. Dois corpos torturados e submetidos como objetos nas mãos dos torturadores, anulados enquanto sujeitos, mas explicitamente diferenciados sexualmente. Cada história de vida é uma história de um corpo, e cada corpo tem um sexo que tem um valor histórico, social e culturalmente. (OLIVEIRA, 1996).*

Essas palavras reafirmam a especificidade de gênero na tortura, além de demonstrar a maternidade enquanto forma de resistência. Como acrescenta a autora, as

militantes de partidos clandestinos de esquerda incorporavam, muitas vezes, “o modelo masculino da coragem e do poder viril” para serem aceitas nessas organizações que, de certa forma, transformava as pessoas em “militantes impessoais”. Ao mesmo tempo em que contribuíram para conquistar novos espaços e trilhar outros caminhos, rompendo com uma série de preconceitos,

*[as mulheres daquela geração] também atuaram com cumplicidade nas relações de poder entre os gêneros no interior dos movimentos de esquerda, mesmo porque, para atenderem as expectativas de ‘revolucionárias’, ficavam em sua maioria presas ao modelo do macho, do forte, do corajoso e do frio. Nosso corpo foi colocado como propriedade da revolução social, para usufruto da organização a qual pertencíamos. Microcosmo de poder dentro das organizações. E poderia ter sido diferente? Penso que não, pelo fato de sermos muito jovens e termos pressa. (OLIVEIRA, 1996).*

Assim, o momento em que muitas militantes refletem sobre suas vivências é também o momento em que procuravam afirmarem-se subjetivamente como... mulheres! O que deve ser levado em conta, em primeiro lugar, é lembrar que as militantes sentiram também em seu *corpo* as sevícias da tortura. Não é por acaso que o usem como instrumento de luta, de reafirmação.

Os estudos de gênero mostram que, por um lado, não devem ser negados a plasticidade da sexualidade humana e os ‘deslocamentos’ do feminino e do masculino, provocados pelas conquistas que transformam a situação da mulher. Por outro, afirmar tal plasticidade do corpo biológico não significa negá-lo, superdimensionando as forças do cultural e do simbólico: “as fórmulas genéricas (como gênero) obrigam a uma reflexão sobre a relação entre corpo e psique” (MORAES, 2007: 128), ou seja, trata-se de compreender a importância da experiência desse corpo para a subjetividade. Como acrescenta Mariza Correa, deve-se levar em conta a desnaturalização e a dessencialização das definições e classificações humanas, como o sexo e a raça sem, contudo, esquecer que é no *corpo* que essas marcas classificatórias são impressas (CORREA, 2001).

Considerando-se o período traumático, os obstáculos estão sempre presentes quando se pensa na narração do acontecido. Para Márcio Seligmann-Silva, ocorre um paradoxo marcado, de um lado, pela “necessidade premente de narrar a experiência vivida”, e, de outro, pela “percepção tanto da insuficiência da linguagem diante dos fatos (inenarráveis) como [pela] percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua conseqüente inverossimilhança” (SELIGMANN-SILVA, 2003:46). Trata-se da cisão

entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de revestir o vivido com o verbal. O inimaginável de uma situação de extrema violência como a tortura desconstrói o mecanismo da linguagem, que, paradoxalmente, só pode enfrentar o vivido com a própria imaginação: “só com a arte a intraduzibilidade pode ser desafiada – mas nunca totalmente submetida” (SELIGMANN-SILVA, 2003:47).

O ato de recordar, dado o caráter seletivo da memória – que, como já se observou, é acompanhada pelo esquecimento –, oferece possibilidades de diferentes representações desse passado. De acordo com Elizabeth Jelin, “hay nessa situación um doble peligro: el de um *exceso de pasado* em la repetición ritualizada, em la compulsión que lleva al acto, y el de um olvido selectivo, instrumentalizado y manipulado” (JELIN, 2001: 14). É contra essa situação que se requer trabalhar, elaborar, incorporar memórias e recordações. Mesmo aquelas individuais e privadas são constitutivamente de caráter social, posto que suas mediações estão culturalmente implicadas. Desse modo, deve-se dar atenção ao “peso relativo del contexto social y de lo individual em los procesos de memoria. (...) Las memorias individuales están siempre enmarcadas socialmente” (JELIN, 2001:20). Pelo exercício da memória, facilita-se a inserção dessas recordações na esfera pública, convertendo as lições do passado em princípios para o presente e na projeção do futuro.

A possibilidade de diferentes representações do passado dada a partir da recordação sugere a existência de memórias em luta nas sociedades, memórias estas cujas recordações são atos compartilhados e objetos de controvérsias. As memórias não estão apartadas das relações e dos conflitos sociais; ao contrário, aquilo que se recorda e o modo pelo qual se recorda são dimensões fundamentais dos processos sociopolíticos.

Faço aqui uma ressalva para evitar cair em uma armadilha teórica. Se não há uma versão definitiva dos fatos, se não existe uma história objetiva e única dos acontecimentos que pode ser descoberta por historiadores ou demais pesquisadores, então é possível afirmar que todas as versões são... relativas? Não. Retomando o pensamento de Walter Benjamin, lutar contra o esquecimento e a denegação, ou seja, lutar contra a *mentira*, não significa inclinar-se numa definição dogmática da *verdade*, tampouco significa curvar-se a um relativismo complacente. Como diz Jeanne Marie Gagnebin, a *verdade do passado* que se busca “não é de ordem da adequação, mas remete a uma *vontade de verdade*, que é ao mesmo tempo ética e política”

(GAGNEBIN, 1998:213-222). Nesse sentido, o passado é articulado – e não descrito. O que está em pauta é a historicidade do discurso, a relação específica que o presente do historiador mantém com determinado momento do passado. O esquecimento da censura, da tortura e das mortes permite a reinserção das práticas repressivas em outros seres humanos. Portanto, a procura pela verdade é, nas palavras da autora,

*Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho com o luto que deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro. (GAGNEBIN, 1998: 221).*

Com isso fica mais fácil entender os espaços para as contramemórias, para as narrações do passado que se opuseram às versões oficiais. Explicações que insistem numa tentativa de interpretação objetiva ou neutra dos fatos ocorridos já são proposições coerentes com o processo hegemônico, o que indica que a seleção do que se recorda e do que não se recorda está num campo marcado pelas relações de poder.

#### **4. Considerações finais**

Inspirado no livro *É isto um homem?* (LEVI, 1998), Márcio Seligmann-Silva afirma que a necessidade de narrar, a necessidade do *testemunho*, se caracteriza como “condição de sobrevivência”, como “uma atividade elementar” para a sobrevivência daqueles/as que voltaram de uma situação radical de violência:

*A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma ponte com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade. (...) Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo e de renascer. (SELIGMANN-SILVA, 2008:65-82).*

Dado o paradoxo do *testemunho* – que “só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade” (SELIGMANN-SILVA, 2008:65-82) –, a dificuldade em dar sentido a um acontecimento passado e incorporá-lo narrativamente é também uma indicação da presença do trauma. Nessa situação, o incompreensível e o inenarrável, antes de serem percebidos como “ausência” ou “vazio”, podem ser vistos enquanto

*presença dessa ausência.* Por esse caminho, é tarefa política questionar a escassez de narrativas femininas no Brasil. Porém, tentemos alargar essa discussão a outros países do Cone Sul, nos quais também ocorreram ditaduras repressivas. A historiadora uruguaia Graciela Sapriza afirma que essa situação se repete em seu país, onde a literatura sobre o período da ditadura é praticamente monopolizada por homens (SAPRIZA, 2009). E, ao nos voltarmos a um recente debate na Argentina, algo semelhante se destaca: no livro organizado por Pablo René Belzagui, há uma compilação de cartas escritas por diversos ex-militantes contrários à ditadura argentina, todos em torno de uma rica discussão relacionada à memória daquele período (BELZAGUI, 2008). Não é aqui o espaço para detalhar as questões abordadas no livro, mas, no que se refere ao tema que proponho, algo se destaca: das mais de vinte cartas que fazem parte do livro, nenhuma foi escrita por mulheres.

Penso que estas observações sugerem algo importante: a memória é um tema permeado pelas relações de gênero. Desse modo, para além da própria complexidade da narração do trauma, há que se levar em consideração a tradição cultural do silêncio, ao qual as mulheres foram submetidas por séculos. Acrescentar o pensamento feminista aos estudos da memória parece ser uma empreitada necessária para trabalhar tais problemas.

O estudo dessas questões pode trazer apontamentos importantes não apenas da participação política feminina na ditadura militar, mas também permite compreender o próprio legado destrutivo da ditadura na sociedade brasileira. O silêncio em relação aos acontecimentos ocorridos se dá em um contexto no qual predomina o recalçamento do passado violento que, não elaborado, espalha suas teias de dor e sofrimento no presente – presente este que encobre tanto a violência do passado quanto a violência atual, existente nas diferentes relações sociais. O trauma da ditadura é, portanto, individual e coletivo. O ato de lembrar o passado tem, nesse sentido, a função de resgatar uma utopia não realizada, uma proposta política que poderia ter desencadeado outro tipo de organização social, menos desigual e alienada, mas que foi impetuosamente suspensa com o caráter exacerbado da repressão imposta pela ditadura civil-militar.

## 5. Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BELZAGUI, Pablo René (Org.). *Sobre la responsabilidad: No matar*. Córdoba: Del Cíclope, Universidad Nacional de Córdoba, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, 2001, n. 16, pp. 13-30.
- COSTA, Albertina de Oliveira. et. all (orgs). *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Ed. do autor, 2002.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. Verdade e Memória do passado. *Projeto História*. PUC – SP, v. 17, nov/1998.
- \_\_\_\_\_. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Revista Mora*. Buenos Aires, nº 7, 2001, pp.128-137.
- \_\_\_\_\_. *Los trabajos de la memoria*. Espanha: Editorial Siglo XXI, 2002.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MACHADO, Lia Zanotta. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.
- MELONI, Catarina. *1968: o tempo das escolhas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Feminismo, Movimentos de Mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina*. Campinas: IFCH/UNICAMP, Col. Primeira Versão, vol. 121, 2003.
- \_\_\_\_\_. O feminismo político do século XX. *Margem Esquerda – ensaios marxistas n. 9*. São Paulo: Boitempo Editorial, junho de 2007, pp. 129-143.
- OLIVEIRA, Eleonora M. As relações entre mães e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade no XX Encontro da ANPOCS, 1996.
- RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? *Cadernos do AEL nos. 3/4: Mulher, Histórica e Feminismo*. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1995/96.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

\_\_\_\_\_. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974), uma bibliografia. In: *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*. Campinas: UNICAMP, v. 8, n. 14-15, 2001.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 173-186, 2008.

\_\_\_\_\_. Feminismo contemporâneo y Democracia en Brasil. In: FAURÉ, Christine (Org.). *Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres*. Akal, Madrid, 2010, v. 1.

SAPRIZA, Graciela. Cuerpos bajo sospecha: un relato de la dictadura en Uruguay desde la memoria de las mujeres. *Labrys Estudos Feministas*, n. 15, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2008.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.